

# Intoxicação por metanol acende alerta nacional

Especialistas explicam como a substância surge em bebidas

Por Karoline Cavalcante

Com mais de 113 casos suspeitos de intoxicação por bebidas adulteradas por metanol e pelo menos 12 óbitos notificados em seis unidades da Federação, a crise já é considerada uma emergência nacional. A gravidade levou o Ministério da Saúde a montar uma sala de situação, além de reforçar os estoques do Sistema Único de Saúde (SUS) com antídotos e intensificar as ações de vigilância sanitária.

Até o momento, 11 casos foram confirmados e 102 seguem em investigação. As ocorrências se concentram em cinco estados: São Paulo, Pernambuco, Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul — além do Distrito Federal. São Paulo lidera com 101 casos (11 confirmados e 90 sob análise), seguido por Pernambuco, com seis em investigação; Bahia e Distrito Federal, com dois casos cada; e Paraná e Mato Grosso do Sul, com um caso em apuração em cada. O número de pessoas falecidas notificadas chega a 12, sendo uma confirmada em São Paulo e outras 11 ainda em análise: oito em São Paulo, uma em Pernambuco, uma na Bahia e uma no Mato Grosso do Sul.

### Crime organizado

Enquanto isso, a Polícia Federal investiga a possível conexão do esquema com o crime organizado, levantando indícios de envolvimento de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) — embora o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), negue essa relação. Neste sentido, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, associou,



Sandro Araújo/Agência Saúde-DF

Possibilidade de adulteração é maior em destilados

durante o 2º Fórum Futuro da Tributação, realizado em Lisboa na última sexta-feira (3), a crise sanitária ao avanço das facções criminosas e ao mercado de falsificações, que, segundo ele, “tem provocado mortes em vários lugares do Brasil” transformando “a nossa doce e sapeca caipirinha em um instrumento de morte”.

No centro da questão, está a atuação de fábricas clandestinas, cuja produção ignora completamente os princípios básicos da química de bebidas alcoólicas. O Correio da Manhã ouviu dois especialistas da área para entender como o metanol pode acabar em uma garrafa.

### Processos

A analista de laboratório e bacharel em Química Tecnológica Juli Lima, explica que a presença de metanol pode ocorrer naturalmente em alguns processos, mas a forma como isso é tratado na destilação é o

que define o risco final. Ela explica que o composto pode ser gerado quando há presença de pectina na matéria-prima e que, na destilação, que é o processo que separa líquidos pela fervura, esse metanol é separado dos demais compostos por meio do corte correto dos vapores.

Ela afirma que bebidas feitas com cereais, como vodka e uísque, geralmente têm menos risco de formação natural de metanol, pois não são ricas em pectina. Já as bebidas destiladas produzidas a partir de frutas precisam de atenção redobrada, como é o caso do pisco, feito de uva.

A diferença entre processos legais e clandestinos, segundo ela, é determinante. “Em uma indústria ‘oficial’, a chance é zero, porque a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nem permite o uso de metanol, por ser tóxico. Já em fábricas clandestinas, essa chance pode existir. Não é muito provável, mas pode acontecer

se for utilizado algum solvente ou produto inadequado, como um álcool adulterado, para fazer a limpeza”, explicou.

### Alertas

O doutor em química e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Jorge Menezes detalha que o metanol é um álcool de cadeia curta altamente tóxico ao ser humano e que sua presença em bebidas pode ter origens diferentes: desde a formação natural durante a fermentação até práticas criminosas na adulteração do produto. Ele aponta que no caso de produções clandestinas, o metanol pode ser usado diretamente como diluente por falsificadores, como forma de aumento de volume e redução de custo de produção.

O químico destacou que o metanol é tóxico mesmo em pequenas doses. “Estima-se que a ingestão de 10 ml já possa causar sintomas.

demais detidos. Durante a votação da ampliação do Imposto de Renda (IR) na quarta-feira (1º), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia solicitado o apoio do Itamaraty.

Após as reuniões, o governo brasileiro condenou, “nos mais fortes termos”, a “interceptação ilegal e a detenção arbitrária dos ativistas por Israel”. A nota oficial ressaltou que a flotilha tinha caráter estritamente humanitário e que a ação das forças israelenses ao interceptá-la constitui uma grave violação do direito internacional, especialmente no que tange ao direito marítimo, conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que assegura a liberdade de navegação. O Brasil também enfatizou as obrigações legais de Israel sob a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963) e reafirmou sua posição de que Israel deve ser responsabilizado por qualquer ato ilegal ou violento cometido contra os ativistas.

“Operações de caráter estritamente humanitário devem ser autorizadas e facilitadas por todas as partes em conflito, não podendo ser arbitrariamente obstadas ou consideradas ilícitas. O Brasil conclama a comunidade internacional a exigir de Israel a cessação do bloqueio à Gaza, por constituir grave violação ao direito internacional humanitário”, diz o trecho.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Políticos do Centrão reclamam de Eduardo Bolsonaro

### Aliados de Bolsonaro querem um freio de arrumação

Integrantes do Centrão querem uma definição rápida sobre benefícios a condenados pela tentativa de golpe: isto, menos por solidariedade a Jair Bolsonaro e mais pela necessidade de arrumarem a casa para 2026.

Para partidos que integram o grupo, é preciso resolver logo o que vai ser feito para que seja possível definir candidatos a presidente e a vice e o pa-

pel da família Bolsonaro no processo.

Em conversas reservadas, muitos se queixam das trapalhadas cometidas nos últimos meses e, principalmente, do radicalismo do deputado Eduardo Bolsonaro e de seu irmão Carlos (vereador no Rio), que não se cansam de comprar briga com aliados — os filhos de Jair rejeitam qualquer saída que não seja a anistia ampla.

### Gols contra

Há quem fale na necessidade de a direita parar de fazer gols contra, medidas que, de junho para cá, têm gerado desgastes e contribuído para a recuperação da popularidade do presidente Lula (PT). O problema é o temor de romper com o ex-presidente.

### Marco

Para boa parte do Centrão, mesmo com a oposição dos bolsonaristas, a aprovação de uma proposta de redução de penas serviria como um marco. Permitiria a libertação de quase todos os presos pelo 8 de Janeiro e esvaziaria os movimentos da família Bolsonaro.

Andressa Anholete/Agência Senado



Ciro Nogueira pediu bom senso para a direita

### Centrão não quer bancar benefício sem apoio do PL

Ao mesmo tempo em que busca uma alternativa, o Centrão não quer ficar com o ônus de bancar o benefício a Bolsonaro e aliados sem o apoio da extrema direita. Nem sabe se teria votos para isso, já que não atua de maneira homogênea — é uma espécie de federação informal de partidos que atuam de acordo

com interesses pontuais. Apesar das divergências, o grupo tem como norte o aviso aos navegantes disparado pelo presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI): é preciso baixar a bola, a falta de bom senso ultrapassou limites. Nogueira é alvo de bolsonaristas, que não aceitam sua vontade de ser candidato a vice-presidente.

### Viés de Motta

Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que saiu chamuscado nos conflitos, tenta ajeitar sua situação. No X, afirmou que seu trabalho é “despolarizar” o debate e evitar a contaminação ideológica. E que cabe ao Centro “olhar para mundo sem viés”.

### Desafio

Depois da aprovação da redução do imposto de renda, Motta investe em outras pautas positivas, como projetos na área de segurança e que aumentam a punição para fraudadores de bebidas. Mas tem pela frente o desafio de pautar a proposta de redução de penas.

### Leite

Recuperado pela Câmara no rastro da falsificação de bebidas, o projeto de lei 2307/2007 transforma em hediondo o crime de adulteração de alimentos. Foi apresentado pelo então deputado Otavio Leite após notícias de adição de soda cáustica e de água oxigenada no leite.

### Penas altas

Em 2022, ao analisar o projeto e outros que iam na mesma linha, o então deputado Darci de Matos rejeitou a classificação de crime hediondo. Preferiu sugerir mudanças no Código Penal e aumentar a pena para a adulteração. O novo relator será Kiko Celeguim (PT-SP).

# Itamaraty tenta liberar deputada e outros brasileiros

Por Karoline Cavalcante

Após a detenção da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) e outros ativistas brasileiros no presídio de Ketzior, em Israel, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) segue atuando para assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos brasileiros e, principalmente, sua liberação imediata. Os ativistas faziam parte de uma flotilha — um pequeno grupo de embarcações — que estava levando ajuda humanitária à Faixa de Gaza.

Ao Correio da Manhã, fontes do Itamaraty informaram que uma equipe da embaixada brasileira em Tel Aviv foi deslocada até o presídio. A visita, que durou mais de oito horas, constatou que todos os detidos se encontram em “bom estado de saúde”. Os 13 brasileiros foram examinados separadamente: cinco mulheres e oito homens.

Durante a visita, as autoridades israelenses comunicaram que foi oferecida aos detidos a opção de assinar um documento que, supostamente, facilitaria o processo de retorno ao Brasil. Até o momento, cinco deles já manifestaram disposição para assinar. Aqueles que se recusarem, no entanto, serão submetidos a um processo judicial de deportação.

### Tensão

Para a advogada especializada em direito internacional



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Deputada está entre os brasileiros detidos em Israel

Hanna Gomes, o cenário é marcado por grande complexidade e tensão diplomática. Ela explica que a proposta de deportação feita por Israel cria um dilema legal e político tanto para os detidos quanto para o Brasil. “Isso porque, quem assinar o documento estaria, na prática, reconhecendo alguma ilegalidade em suas ações ou na sua permanência, facilitando um processo administrativo de deportação e um rápido retorno ao Brasil”, iniciou.

“E quem se recusar, como forma de protesto contra a ilegalidade da prisão em águas internacionais, será submetido a

um processo judicial de deportação em Israel”, afirmou Gomes à reportagem. Ela esclarece que esse processo tende a ser mais demorado e pode envolver disputas sobre a legalidade da detenção e das acusações. Além disso, no caso específico da deputada, suas prerrogativas parlamentares “adicionam uma camada de complexidade política e diplomática ao caso”.

### Repúdio

Na quinta-feira (2), deputados brasileiros se reuniram com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para discutir a situação da colega e dos